

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>262.452</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.186.174	1.120.795
1.01	Ativo Circulante	186.526	112.951
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.756	31.969
1.01.03	Contas a Receber	52.040	43.943
1.01.03.01	Clientes	52.023	43.926
1.01.03.01.01	Clientes	4.485	4.325
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacioandas	47.538	39.601
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17	17
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	17	17
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.754	280
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.754	280
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.807	1.633
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.169	35.126
1.01.08.03	Outros	79.169	35.126
1.01.08.03.01	Outros Créditos	7.602	5.020
1.01.08.03.02	Titulos e Valores Mobiliários - Vinculados	71.567	30.106
1.02	Ativo Não Circulante	999.648	1.007.844
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.658	9.333
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	3.844
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.844
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	22	13
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	22	13
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.636	5.476
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.636	5.476
1.02.03	Imobilizado	29.726	31.501
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.726	31.501
1.02.04	Intangível	963.264	967.010
1.02.04.01	Intangíveis	963.264	967.010

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.186.174	1.120.795
2.01	Passivo Circulante	400.056	408.240
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.592	3.766
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.592	3.766
2.01.02	Fornecedores	9.571	14.735
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.571	14.735
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.783	7.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.783	7.800
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	7.605	7.626
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	178	174
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	176.476	118.648
2.01.04.02	Debêntures	176.100	117.748
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	376	900
2.01.05	Outras Obrigações	179.043	232.675
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.520	9.709
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	9.520	9.709
2.01.05.02	Outros	169.523	222.966
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	141.124	196.653
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	16.337	15.663
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	12.062	10.650
2.01.06	Provisões	22.591	30.616
2.01.06.02	Outras Provisões	22.591	30.616
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	10.588	19.911
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.003	10.705
2.02	Passivo Não Circulante	237.238	340.072
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	121.693	218.308
2.02.01.02	Debêntures	121.693	218.118
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	190
2.02.02	Outras Obrigações	55.788	59.008
2.02.02.02	Outros	55.788	59.008
2.02.02.02.03	Credor pela Concessão	52.305	55.099
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	614	635
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	2.869	3.274
2.02.03	Tributos Diferidos	1.697	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.697	0
2.02.04	Provisões	58.060	62.756
2.02.04.02	Outras Provisões	58.060	62.756
2.02.04.02.04	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17.931	19.598
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	38.073	41.229
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.056	1.929
2.03	Patrimônio Líquido	548.880	372.483
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	67	31
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	67	31

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	69.905	69.905
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.10	Reserva de Dividendos	9.396	9.396
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	176.361	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	222.413	588.977	201.053	556.865
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.396	-214.882	-80.866	-220.354
3.03	Resultado Bruto	138.017	374.095	120.187	336.511
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.524	-46.345	-12.944	-35.201
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.509	-46.298	-12.944	-35.200
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15	-47	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	119.493	327.750	107.243	301.310
3.06	Resultado Financeiro	-18.456	-44.835	-16.540	-50.850
3.06.01	Receitas Financeiras	1.932	6.532	2.770	8.889
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.388	-51.367	-19.310	-59.739
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	101.037	282.915	90.703	250.460
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.575	-90.659	-28.984	-79.618
3.08.01	Corrente	-31.149	-85.119	-28.754	-77.444
3.08.02	Diferido	-1.426	-5.540	-230	-2.174
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.462	192.256	61.719	170.842
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.462	192.256	61.719	170.842
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,26086	0,73254	0,23516	0,65095

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	68.462	192.256	61.719	170.842
4.03	Resultado Abrangente do Período	68.462	192.256	61.719	170.842

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	237.413	239.144
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	415.173	369.024
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	282.915	250.460
6.01.01.02	Depreciação e amortização	50.754	46.308
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.421	474
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	-283	-300
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	38.132	43.789
6.01.01.06	Variação monetária sobre direito de outorga	8.049	7.521
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	2.776	6.653
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão p/ manutenção e provisão para construção de obras futuras	1.803	802
6.01.01.09	Constituição da provisão para manutenção e construção de obras	29.570	13.317
6.01.01.10	Prêmio de opções	36	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-177.760	-129.880
6.01.02.01	Clientes	-8.097	99
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.474	-805
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.174	-962
6.01.02.04	Outros créditos	-2.582	-1.480
6.01.02.05	Fornecedores	-5.164	-6.748
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-21	-573
6.01.02.07	Obrigações sociais	826	850
6.01.02.08	Empresas relacionadas	-198	5.290
6.01.02.09	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-4.443	-1.803
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1	0
6.01.02.12	Juros pagos	-27.718	-31.155
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-83.821	-76.321
6.01.02.14	Provisões para manutenção	-43.725	-14.658
6.01.02.15	Outras contas a pagar	1.007	453
6.01.02.16	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-17	-137
6.01.02.17	Depositos judiciais	-1.160	-1.930
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.654	-49.058
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-46.654	-49.058
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-171.972	-178.454
6.03.01	Títulos e valores mobiliários - vinculados	-41.178	-43.053
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	0	183
6.03.03	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-49.201	-48.977
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-71.424	-76.892
6.03.05	Credor pela concessão	-10.169	-9.715
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.787	11.632
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.969	27.149
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.756	38.781



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	36	0	-15.895	0	-15.859
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.895	0	-15.895
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	36	0	0	0	36
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	192.256	0	192.256
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	192.256	0	192.256
5.07	Saldos Finais	302.547	67	69.905	176.361	0	548.880

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-65.485	-15.986	0	-81.471
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.485	0	0	-65.485
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.986	0	-15.986
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	170.842	0	170.842
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	170.842	0	170.842
5.07	Saldos Finais	302.547	0	79.841	154.856	0	537.244

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
7.01	Receitas	640.190	576.447
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	640.190	576.447
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-189.338	-188.151
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-151.810	-163.025
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.528	-25.126
7.03	Valor Adicionado Bruto	450.852	388.296
7.04	Retenções	-50.754	-46.308
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.754	-46.308
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	400.098	341.988
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.532	8.889
7.06.02	Receitas Financeiras	6.532	8.889
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	406.630	350.877
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	406.630	350.877
7.08.01	Pessoal	21.181	21.096
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.148	16.668
7.08.01.02	Benefícios	4.201	3.606
7.08.01.03	F.G.T.S.	832	822
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	141.826	99.200
7.08.02.01	Federais	112.458	98.931
7.08.02.03	Municipais	29.368	269
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.367	59.739
7.08.03.01	Juros	22.364	31.391
7.08.03.03	Outras	29.003	28.348
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	192.256	170.842
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	15.895	15.986
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	176.361	154.856

**Comentário do Desempenho**

## Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 3T12 e 9M12:

### *EBITDA cresce 8,9% no 9M12*

**São Bernardo do Campo, 6 novembro de 2012** – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2012 (3T12) e primeiros nove meses de 2012 (9M12). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2011 (3T11) e primeiros nove meses de 2011 (9M11).

#### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 9M12 foi de R\$ 588.977 mil, crescimento de 5,8% em relação ao 9M11.
- O EBITDA de R\$ 378.504 mil no 9M12 demonstra um crescimento de 8,9% em relação ao 9M11, resultando em uma Margem EBITDA de 64,3%.
- O lucro líquido foi de R\$ 192.256 mil no 9M12, atingindo um aumento de 12,5% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Destaques (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Volume de Tráfego – milhares de veículos equivalentes	15.139	13.952	8,5%	43.767	41.880	4,5%
Tarifa Média <sup>1</sup>	13,59	12,72	6,8%	12,98	12,02	8,0%
Receita Líquida	222.413	201.053	10,6%	588.977	556.865	5,8%
Lucro Líquido	68.462	61.719	10,9%	192.256	170.842	12,5%
EBITDA <sup>2</sup>	135.555	123.015	10,2%	378.504	347.613	8,9%
Margem EBITDA	60,9%	61,2%	-0,3 p.p	64,3%	62,4%	1,9 p.p
Capex	25.424	19.913	27,7%	46.654	49.058	-4,9%
Dívida Líquida	-	-	-	175.846	295.317	-40,5%

<sup>1</sup> em Rreais

<sup>2</sup> EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

## Comentário do Desempenho

### PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. A concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 56 milhões de veículos equivalentes pedagiados, foi firmada em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do país com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou com o governo do Estado de São Paulo um termo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que resultou na prorrogação do prazo de exploração da concessão por mais cinco anos e dez meses.

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.459,3 quilômetros de rodovias através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul Rodovias do Sul (RS), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a ter suas cinco concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001).

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 9M12 totalizou R\$ 568.070 mil, um crescimento de 12,9% em comparação ao 9M11.

## Comentário do Desempenho

O volume tráfego medido pelo conceito de veículos equivalentes pagantes, teve um aumento de 4,5% em relação ao 9M11 resultado de um aumento de 3,5% no tráfego de veículos comerciais e um aumento de 5,3% do tráfego de veículos de passeio.

O tráfego de veículos de passeio da Companhia registrou crescimento devido, principalmente, ao aumento do turismo aliado às boas condições climáticas da região e aos feriados do trimestre

As receitas acessórias e de prestação de serviços somaram R\$ 29.103 mil, um aumento de 12,6% sobre o mesmo período do ano anterior.

<b>Volume de Tráfego</b> (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	<b>3T12</b>	<b>3T11</b>	<b>Var.</b>	<b>9M12</b>	<b>9M11</b>	<b>Var.</b>
Passeio	8.014	7.309	9,6%	24.453	23.218	5,3%
Comercial	7.125	6.643	7,3%	19.314	18.662	3,5%
<b>Total</b>	<b>15.139</b>	<b>13.952</b>	<b>8,5%</b>	<b>43.767</b>	<b>41.880</b>	<b>4,5%</b>

Nota:

Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

<b>Receita Bruta</b> (em milhares de R\$)	<b>3T12</b>	<b>3T11</b>	<b>Var.</b>	<b>9M12</b>	<b>9M11</b>	<b>Var.</b>
Receitas de Pedágio	205.784	177.427	16,0%	568.070	503.263	12,9%
Receitas Acessórias	10.462	9.085	15,2%	29.103	25.851	12,6%
Receita de Construção ICPC-01	24.745	21.829	13,4%	43.017	47.333	-9,1%
<b>Total</b>	<b>240.991</b>	<b>208.341</b>	<b>15,7%</b>	<b>640.190</b>	<b>576.447</b>	<b>11,1%</b>

## Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços prestados e despesas administrativas no 9M12 apresentaram um aumento de 2,2% sobre o mesmo período do ano anterior, somando R\$ 261.180 mil.

As principais variações ocorridas foram:

- Serviços de terceiros: contratação de consultorias diversas, assessoria de informática e principalmente com despesas da Campanha Nacional EcoRodovias Sem Acidentes;
- Depreciação e Amortização: aumento da despesa de amortização devido a conclusão de novas obras;

## Comentário do Desempenho

- Outros: os custos e despesas classificados referem-se a energia elétrica, telefonia, aluguéis de máquinas e equipamentos e materiais de consumo.

Em relação à receita líquida, os custos operacionais e despesas administrativas, representando 44,3% da receita líquida, uma queda de 1,6 ponto percentual quando comparados ao 9M11.

A tabela abaixo apresenta, em maiores detalhes, os custos operacionais e despesas administrativas da Ecovias dos Imigrantes:

<b>Custos operacionais e despesas administrativas</b>						
(em milhares de R\$)	<b>3T12</b>	<b>3T11</b>	<b>Var.</b>	<b>9M12</b>	<b>9M11</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	6.496	7.217	-10,0%	21.181	21.096	0,4%
Conservação e manutenção	5.482	4.791	14,4%	12.554	13.231	-5,1%
Serviços de terceiros	23.333	18.180	28,3%	66.318	54.703	21,2%
Poder concedente e seguros	7.639	10.796	-29,2%	21.057	29.726	-29,2%
Depreciação e amortização	16.061	15.774	1,8%	50.754	46.304	9,6%
Provisão manutenção ICPC 01	12.865	9.803	31,2%	29.570	29.726	-0,5%
Custo de construção de Obras ICPC 01	24.745	21.829	13,4%	43.017	47.333	-9,1%
Locações, aluguéis e outros	6.284	5.420	15,9%	16.729	13.435	24,5%
<b>TOTAL</b>	<b>102.905</b>	<b>93.810</b>	<b>9,7%</b>	<b>261.180</b>	<b>255.554</b>	<b>2,2%</b>

## EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 408.074 mil, um crescimento de 8,1% em relação aos R\$ 377.339 mil obtidos no 9M11. A Margem EBITDA Ajustada foi de 74,7%, apresentando uma crescimento de 0,6 ponto percentual.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS no 9M12, o EBITDA totalizou R\$ 378.504 mil, um crescimento de 8,9% em relação aos R\$ 347.613 mil obtidos no 9M11. A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 64,3% no 9M12, um aumento de 1,9 ponto percentual em relação ao 9M11.

## Comentário do Desempenho

<b>EBITDA Ajustada (sem IFRS)</b>						
(em milhares de R\$)	<b>3T12</b>	<b>3T11</b>	<b>Var.</b>	<b>9M12</b>	<b>9M11</b>	<b>Var.</b>
EBITDA IFRS	135.555	123.015	10,2%	378.504	347.613	8,9%
Receita de construção	(24.745)	(21.829)	13,4%	(43.017)	(47.333)	-9,1%
Custos com construção	24.745	21.829	13,4%	43.017	47.333	-9,1%
Provisão para manutenção	12.865	9.803	31,2%	29.570	29.726	-0,5%
EBITDA Ajustado	<b>148.420</b>	<b>132.818</b>	<b>11,7%</b>	<b>408.074</b>	<b>377.339</b>	<b>8,1%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>75,1%</b>	<b>74,1%</b>	<b>1,0 p.p.</b>	<b>74,7%</b>	<b>74,1%</b>	<b>0,6 p.p.</b>

<b>EBITDA</b>						
(em milhares de R\$)	<b>3T12</b>	<b>3T11</b>	<b>Var.</b>	<b>9M12</b>	<b>9M11</b>	<b>Var.</b>
Receita Líquida	222.413	201.053	10,6%	588.977	556.865	5,8%
Custo	(102.905)	(93.810)	9,7%	(261.180)	(255.554)	2,2%
Depreciação e Amortização	16.061	15.774	1,8%	50.754	46.304	9,6%
Outras receitas/despesas líquidas	(14)	(2)	600,0%	(47)	(-2)	2.250,0%
EBITDA	<b>135.555</b>	<b>123.015</b>	<b>10,2%</b>	<b>378.504</b>	<b>347.613</b>	<b>8,9%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>60,9%</b>	<b>61,2%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>	<b>64,3%</b>	<b>62,4%</b>	<b>1,9 p.p.</b>

## Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 9M12 foi negativo em R\$ 44.835 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$ 50.850 mil no 9M11, representou uma queda de 11,8%.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

<b>Resultado Financeiro</b>						
(em milhares de R\$)	<b>3T12</b>	<b>3T11</b>	<b>Var.</b>	<b>9M12</b>	<b>9M11</b>	<b>Var.</b>
Variação Monetária Líquida	(11.586)	(4.600)	151,9%	(22.935)	(19.037)	20,5%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(7.053)	(10.239)	-31,1%	(22.364)	(31.391)	-28,8%
Outros efeitos financeiros	(836)	(2.451)	-65,9%	(3.034)	(2.360)	28,6%
Receitas Financeiras	1.619	2.322	-30,3%	5.300	6.466	-18,0%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(600)	(1.572)	-61,8%	(1.802)	(4.528)	-60,2%
<b>TOTAL</b>	<b>(18.456)</b>	<b>(16.540)</b>	<b>11,6%</b>	<b>(44.835)</b>	<b>(50.850)</b>	<b>-11,8%</b>



## Comentário do Desempenho

### Imposto de Renda e Contribuição Social

O 9M12 apresentou um aumento de 13,9%, decorrente de um acréscimo no resultado antes do imposto de renda e contribuição social quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

### Lucro Líquido

O lucro líquido do 9M12 totalizou R\$ 192.256 mil que representa um aumento de 12,5% em relação aos R\$ 170.842 mil apresentados no mesmo período do ano anterior,

Em relação à receita líquida, o lucro líquido apresentou no 9M12 margem de 32,6%, um acréscimo de 1,9 ponto percentual comparando com o 9M11.

### ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2012, a dívida total da Ecovias dos Imigrantes somava R\$ 298.169 mil, uma queda de 11,5% sobre os R\$ 336.956 mil apresentado em 31 de dezembro de 2011, sendo que em relação à dívida líquida, registramos uma queda de 36,0%.

O principal motivo desta variação é a amortização parcial de principal da 1ª e 2ª series da 1ª emissão debêntures em maio de 2012. A tabela abaixo apresenta a composição da dívida em maiores detalhes:

Endividamento (em milhares de R\$)	30/09/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures (*)	297.793	335.866	-11,3%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	novembro/2014
Financiamento e Arrendamento Mercantil	376	1.090	-65,5%	de 1,20% a 1,45% a.m.	dezembro – 2012 a junho - 2013
<b>Dívida Total</b>	<b>298.169</b>	<b>336.956</b>	<b>-11,5%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	50.756	31.969	58,8%		
Aplicação financeira vinculada (**)	71.567	30.106	137,7%		
<b>Dívida Líquida</b>	<b>175.846</b>	<b>274.881</b>	<b>-36,0%</b>		

(\*\*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica “Títulos e valores mobiliários”.

## Comentário do Desempenho

### CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias dos Imigrantes no 9M12 totalizaram R\$ 90.380 mil, 7,8% superior aos investimentos realizados no mesmo período do ano anterior que totalizaram R\$ 83.850 mil no 9M11.

	3T12			3T11		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Capex (em milhares de R\$)	27.145	16.979	<b>44.124</b>	19.913	16.768	<b>36.681</b>

	9M12			9M11		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Capex (em milhares de R\$)	46.654	43.726	<b>90.380</b>	49.058	34.792	<b>83.850</b>

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2012: Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$187 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

*As informações no comentário de desempenho no semestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.*

## Notas Explicativas

### CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bovespa.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 70 meses, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

#### 2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011”), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do estado de São Paulo e Diário do Grande

## Notas Explicativas

ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br).

- As principais estimativas e julgamentos utilizadas são as seguintes:

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas de IFRSs e as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 30.

### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

## Notas Explicativas

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e Empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

## Notas Explicativas

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga.

A mensuração dos valores presentes dos saldos acima foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 9,62% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Balanço Patrimonial	Saldo de 31/12/2011 originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo de 31/12/2011 reapresentado
Tributos Diferidos - Ativos	7.342	(3.498)	3.844
Tributos Diferidos - Passivos	(3.498)	3.498	-

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Em 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. A Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de setembro de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

## Notas Explicativas

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	5.139	10.165
Aplicações financeiras:		
Fundo exclusivo (a)	32.945	-
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>12.672</u>	<u>21.804</u>
	<u>50.756</u>	<u>31.969</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 30 de setembro de 2012 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta de 84,80% em CDB, 7,06% em LFT e 8,14% em Compromissada.

Aplicações financeiras: formadas por CDB são remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 102,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.

- (b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 98,7% e 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, no qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Para 30 de setembro de 2012 o valor aplicado nessa modalidade é de R\$1.494 (31 de dezembro de 2011 de R\$4.084).

## Notas Explicativas

### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	<u>71.567</u>	<u>30.106</u>

Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 98% e 106,0% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

### 6. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico - Partes relacionadas (*) vide nota explicativa nº15	47.555	39.618
Cupons de pedágio	1.392	1.142
Receitas acessórias	<u>3.093</u>	<u>3.183</u>
	<u>52.040</u>	<u>43.943</u>

(\*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP, controlada direta da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem parar”.

Em 30 de setembro de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	<u>51.931</u>	<u>43.917</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	64	14
De 31 a 60 dias	<u>45</u>	<u>12</u>
	<u>52.040</u>	<u>43.943</u>



## Notas Explicativas

### 7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$2.807 (R\$1.633 em 31 de dezembro de 2011), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificados no circulante. Vide nota explicativa nº 29.

### 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	5.476	3.041
Adições	1.146	3.487
Baixas	(776)	(2.236)
Atualização monetária	<u>790</u>	<u>1.184</u>
Saldo final	<u>6.636</u>	<u>5.476</u>

### 9. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total Imobilizado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>14.628</u>	<u>4.097</u>	<u>2.389</u>	<u>3.304</u>	<u>2.286</u>	<u>3.646</u>	<u>30.350</u>
Adições	4.039	1.266	97	-	28	529	5.959
Baixas	-	-	-	-	-	(474)	(474)
Depreciações	<u>(3.270)</u>	<u>(772)</u>	<u>(249)</u>	<u>-</u>	<u>(147)</u>	<u>(517)</u>	<u>(4.955)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>15.397</u>	<u>4.591</u>	<u>2.237</u>	<u>3.304</u>	<u>2.167</u>	<u>3.184</u>	<u>30.880</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	17,0	-

**Notas Explicativas**

	Hardware e equipamentos de pedagógico	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.677	4.432	2.259	3.304	2.118	3.711	31.501
Adições	2.567	1.418	85	-	110	227	4.407
Baixas	-	-	-	-	-	(601)	(601)
Transferência	296	-	-	-	-	(296)	-
Depreciação	<u>(3.789)</u>	<u>(838)</u>	<u>(252)</u>	<u>-</u>	<u>(153)</u>	<u>(549)</u>	<u>(5.581)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>14.751</u>	<u>5.012</u>	<u>2.092</u>	<u>3.304</u>	<u>2.075</u>	<u>2.492</u>	<u>29.726</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	5,0	17,0	-

Em 30 de setembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures e do arrendamento mercantil financeiro (vide notas explicativas nº 13 e 14) ou de processos de qualquer natureza.

No período findo em 30 de setembro de 2012, não foram capitalizados encargos financeiros. (em 30 de setembro de 2011 foram capitalizados R\$249).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

**10. INTANGÍVEL**

	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2010	954.703	440	687	955.830
Adições	41.035	1.973	91	43.099
Transferências	77	(77)	-	-
Amortizações	<u>(41.191)</u>	<u>-</u>	<u>(162)</u>	<u>(41.353)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>954.624</u>	<u>2.336</u>	<u>616</u>	<u>957.576</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-
	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2011	965.644	741	625	967.010
Adições	27.231	14.844	172	42.247
Baixas	(820)	-	-	(820)
Transferência	741	(741)	-	-
Amortização	<u>(45.025)</u>	<u>-</u>	<u>(148)</u>	<u>(45.173)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>947.771</u>	<u>14.844</u>	<u>649</u>	<u>963.264</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

## Notas Explicativas

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização em 30 de setembro de 2012 é de 5,49% a.a. (5,26% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, direito de outorga e outros.

### 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

#### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17.931	19.597
Juros capitalizados	(2.874)	(3.277)
Ajuste a valor presente sobre o Credor pela concessão	(2.987)	(4.464)
Provisão para manutenção – ICPC-01	214.064	182.642
Efeitos da reversão da amortização linear	(230.439)	(179.560)
Outros	<u>(686)</u>	<u>(3.633)</u>
	(4.991)	11.305
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>(1.697)</u>	<u>3.844</u>
		<u>31/12/2011</u>
2012		3.844

**Notas Explicativas**

## b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(22.882)	(21.122)	(62.521)	(56.883)
Imposto de renda diferido	<u>(1.049)</u>	<u>(1.411)</u>	<u>(4.074)</u>	<u>(2.840)</u>
	<u>(23.931)</u>	<u>(22.533)</u>	<u>(66.595)</u>	<u>(59.723)</u>
Varição na:				
Contribuição social corrente	(8.267)	(7.632)	(22.598)	(20.561)
Contribuição social diferida	<u>(377)</u>	<u>1.181</u>	<u>(1.466)</u>	<u>666</u>
	<u>(8.644)</u>	<u>(6.451)</u>	<u>(24.064)</u>	<u>(19.895)</u>

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	101.037	90.703	282.915	250.460
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(34.353)	(30.839)	(96.191)	(85.156)
Juros sobre o capital próprio	1.711	1.831	5.404	5.435
Imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões permanentes	<u>67</u>	<u>24</u>	<u>128</u>	<u>103</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(32.575)</u>	<u>(28.984)</u>	<u>(90.659)</u>	<u>(79.618)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(31.149)	(28.754)	(85.119)	(77.444)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(1.426)	(230)	(5.540)	(2.174)

**Notas Explicativas****12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.570	3.468
Cofins	2.175	2.115
PIS	471	458
ISS na fonte	447	413
IRRF/PIS/COFINS/CSLL sobre prestação de serviços	531	1.024
Outros impostos	<u>411</u>	<u>148</u>
	<u>7.605</u>	<u>7.626</u>

**13. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO**

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	375	892
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>191</u>
	375	1.083
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>1</u>	<u>7</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>376</u>	<u>1.090</u>
Circulante	376	900
Não circulante	<u>-</u>	<u>190</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Imobilizado" e refere-se a caminhões e apresenta R\$1.175 em 30 de setembro de 2012 e R\$1.554 em 31 de dezembro de 2011.

**14. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Principal corrigido	282.443	327.588
Remuneração (juros)	17.315	11.125
Custos com emissão de debêntures	<u>(1.965)</u>	<u>(2.847)</u>
	<u>297.793</u>	<u>335.866</u>
Circulante	<u>176.100</u>	<u>117.748</u>
Não circulante	<u>121.693</u>	<u>218.118</u>

## Notas Explicativas

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

### Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10
Valor nominal unitário atualizado em 30 setembro de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$6,11 3ª série - R\$9,59
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio.
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação.

## Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013	49.142	(263)	48.879	126.769	(1.145)	125.624
2014	<u>73.340</u>	<u>(526)</u>	<u>72.814</u>	<u>93.020</u>	<u>(526)</u>	<u>92.494</u>
	<u>122.482</u>	<u>(789)</u>	<u>121.693</u>	<u>219.789</u>	<u>(1.671)</u>	<u>218.118</u>

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(8.925)</u>	<u>441.075</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

**Notas Explicativas****15. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Ativo não</u>	<u>Passivo</u>
		<u>circulante</u>	<u>não</u>	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>
<u>Companhia</u>		<u>Clientes</u>	<u>Créditos</u>	<u>Intangível</u>	<u>Contas</u>
			<u>diversos</u>		<u>a pagar</u>
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas Controladora	-	-	14.647	4.797
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	direta	17	22	-	4.723
STP – Serviços Tecnologia e Pagamento (c)	Outras partes relacionadas	<u>47.538</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total em 30 de setembro de 2012		<u>47.555</u>	<u>22</u>	<u>14.647</u>	<u>9.520</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>39.618</u>	<u>13</u>	<u>24.813</u>	<u>9.709</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Custo dos</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesas</u>
		<u>serviços</u>		<u>gerais e</u>
		<u>prestados</u>		<u>administrativas</u>
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	(13.623)	-	-
STP – Serviços Tecnologia e Pagamentos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	(2.437)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	<u>(30.680)</u>	<u>170</u>	<u>(15.954)</u>
Total em 30 de setembro de 2012		<u>(44.303)</u>	<u>170</u>	<u>(18.391)</u>
Total em 30 de setembro de 2011		<u>(11.372)</u>	<u>162</u>	<u>(32.414)</u>

(a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes partes relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200, deste total foram incorridos R\$43.683, restando um saldo de R\$50.517 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta.



## Notas Explicativas

- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$62.178.
- (c) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 em R\$843 (R\$838 em 31 de dezembro de 2011).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Salários e ordenados	111	105	353	355
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 20.d)	22	-	36	-
Participação nos resultados	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>215</u>	<u>220</u>
	<u>160</u>	<u>105</u>	<u>604</u>	<u>575</u>

**Notas Explicativas****16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	144.712	18.369	163.081
Efeito do valor presente sobre constituição	(27.894)	(5.052)	(32.946)
Realização da manutenção	(75.256)	(14.658)	(89.914)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>14.258</u>	<u>4.543</u>	<u>18.801</u>
	<u>55.820</u>	<u>3.202</u>	<u>59.022</u>
Circulante	<u>12.418</u>		<u>16.652</u>
Não circulante	<u>43.402</u>		<u>42.370</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	192.606	34.199	226.805
Efeito do valor presente sobre a constituição	(34.630)	(4.629)	(39.259)
Realização da manutenção	(116.466)	(43.725)	(160.191)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>19.630</u>	<u>1.676</u>	<u>21.306</u>
	<u>61.140</u>	<u>(12.479)</u>	<u>48.661</u>
Circulante	<u>19.911</u>		<u>10.588</u>
Não circulante	<u>41.229</u>		<u>38.073</u>

**17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2011</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.758</u>	<u>(3.739)</u>	<u>19</u>
	<u>5.626</u>	<u>(3.739)</u>	<u>1.887</u>
Não circulante	<u>5.626</u>		<u>1.887</u>

**Notas Explicativas**

	<u>31/12/2011</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>4.299</u>	<u>127</u>	<u>4.426</u>
	<u>1.929</u>	<u>127</u>	<u>2.056</u>
Não circulante	<u>1.929</u>		<u>2.056</u>

**18. CREDOR PELA CONCESSÃO**

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas fixas	66.467	68.646
Parcelas variáveis	<u>2.175</u>	<u>2.116</u>
	<u>68.642</u>	<u>70.762</u>
Circulante	<u>16.337</u>	<u>15.663</u>
Não circulante	<u>52.305</u>	<u>55.099</u>

De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de setembro de 2012, restam 67 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 72,08% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,62% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de setembro de 2012 o desconto de R\$3.071, somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$4.978, e foi totalizado o valor líquido de R\$8.049 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	2.388	12.477
2014	12.202	11.394
2015	11.143	10.406
Posteriores a 2016	<u>26.572</u>	<u>20.822</u>
	<u>52.305</u>	<u>55.099</u>

**Notas Explicativas****19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/2011</u>
Cível (a)	11.682	1.732	(650)	513	13.277
Tributária (b)	526	723	-	298	1.547
Trabalhista (c)	<u>4.602</u>	<u>2.983</u>	<u>(1.153)</u>	<u>404</u>	<u>6.836</u>
	<u>16.810</u>	<u>5.438</u>	<u>(1.803)</u>	<u>1.215</u>	<u>21.660</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/2012</u>
Cível (a)	11.553	63	(3.295)	368	8.689
Tributária (b)	1.769	318	(6)	344	2.425
Trabalhista (c)	<u>6.276</u>	<u>1.271</u>	<u>(1.142)</u>	<u>412</u>	<u>6.817</u>
	<u>19.598</u>	<u>1.652</u>	<u>(4.443)</u>	<u>1.124</u>	<u>17.931</u>

**(a) Processos cíveis**

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2012, R\$24.890 (R\$4.921 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Ecovias por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativo à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Ecovias. Foi estimado o valor de R\$18.714 para esta causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível, portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

**(b) Processos tributários**

Em 30 de setembro de 2012, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$7.502 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## Notas Explicativas

A Ecovias possuía um processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012 foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para Ecovias.

### (c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2012, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$1.493 (R\$6.795 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

### c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

### d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

## Notas Explicativas

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	<u>1ª Outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª Outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª Outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$36 (R\$53 em 31 de dezembro de 2011).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>	<u>3ª Outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	-	-	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>646.269</u>	<u>1.212.045</u>	-	<u>1.858.314</u>
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	<u>(225.429)</u>	<u>(139.447)</u>	-	<u>(364.876)</u>
Em 30 de setembro de 2012	<u>420.840</u>	<u>1.072.598</u>	<u>1.524.074</u>	<u>3.017.512</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No período findo em 30 de setembro de 2012, foram exercidas 364.876 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$14,97 por ação.

## Notas Explicativas

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2012	12,72	474.452	4,42	2.097	11 meses
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	23 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	35 meses
2015	14,03	684.030	6,15	4.207	47 meses
2016	13,92	<u>381.020</u>	2,79	<u>1.063</u>	<u>59 meses</u>
		<u>3.250.442</u>		<u>21.422</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.

## Notas Explicativas

- A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 265.121 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de setembro de 2012, de R\$17,65. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de setembro de 2012 é de R\$4.679.

### e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em março de 2012, a Companhia efetuou pagamento de dividendos e juros o sobre capital próprio que totalizaram R\$35.400, sendo R\$31.819 relativos aos lucros do exercício de 2011 e R\$3.581 relativos aos lucros intermediários de 2012.

Em maio de 2012, a Companhia efetuou pagamento de dividendos e juros o sobre capital próprio que totalizaram R\$35.000, sendo R\$31.359 relativos aos lucros do exercício de 2011 e R\$3.641 relativos aos lucros intermediários de 2012.

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de setembro de 2012 é de R\$141.124.

## 21. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo “TAM” 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a Companhia não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.



**Notas Explicativas****22. RECEITA LÍQUIDA**

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	76.384	67.540	220.156	204.121
Pedágio por equipamento eletrônico	113.467	96.330	306.027	260.990
Vale-pedágio e pedágio em cupons	15.738	13.556	41.338	38.152
Outras	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>549</u>	<u>-</u>
	<u>205.784</u>	<u>177.426</u>	<u>568.070</u>	<u>503.263</u>
Receitas com construção	24.745	21.829	43.017	47.333
Receitas acessórias (*)	<u>10.462</u>	<u>9.085</u>	<u>29.103</u>	<u>25.851</u>
	35.207	30.914	72.120	73.184
Receita bruta	240.991	208.340	640.190	576.447
Deduções de receita – PIS, COFINS e ISS (**)	<u>(18.578)</u>	<u>(7.287)</u>	<u>(51.213)</u>	<u>(19.582)</u>
Receita líquida	<u>(222.413)</u>	<u>(201.053)</u>	<u>588.977</u>	<u>556.865</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(\*\*) A partir de 1º de dezembro de 2011, a Companhia não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa, vide nota explicativa nº21.

**Notas Explicativas****23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal	6.496	7.217	21.181	21.096
Conservação e manutenção	5.482	4.791	12.554	13.231
Serviços de terceiros (*)	23.333	18.180	66.318	54.703
Seguros	1.104	1.033	3.094	3.018
Poder Concedente	6.535	9.763	17.963	26.708
Provisão para manutenção	12.865	9.803	29.570	29.726
Custos com construção	24.745	21.829	43.017	47.333
Depreciação e amortização	16.061	15.778	50.754	46.308
Locações	696	615	2.342	1.809
Outros custos e despesas operacionais	<u>5.588</u>	<u>4.801</u>	<u>14.387</u>	<u>11.622</u>
	<u>102.905</u>	<u>93.810</u>	<u>261.180</u>	<u>255.554</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	84.396	80.866	214.882	220.354
Despesas gerais e administrativas	<u>18.509</u>	<u>12.944</u>	<u>46.298</u>	<u>35.200</u>
	<u>102.905</u>	<u>93.810</u>	<u>261.180</u>	<u>255.554</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções de R\$3.863, assessoria e consultoria de R\$49.688 e outros de R\$12.767.

**Notas Explicativas****24. RESULTADO FINANCEIRO**

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receita de aplicações financeiras	1.619	2.322	5.300	6.466
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	34	446	920	2.420
Outras	<u>279</u>	<u>2</u>	<u>312</u>	<u>3</u>
	<u>1.932</u>	<u>2.770</u>	<u>6.532</u>	<u>8.889</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros sobre debêntures e financiamentos	(7.053)	(10.237)	(22.364)	(31.390)
Variação monetária sobre debêntures	(8.405)	(3.126)	(15.806)	(13.936)
Variação monetária sobre direito de outorga	(3.215)	(1.920)	(8.049)	(7.521)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(294)	(295)	(882)	(883)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de concessão	(601)	(2.251)	(1.803)	(4.528)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(313)	-	(1.273)	-
Outras	<u>(507)</u>	<u>(1.481)</u>	<u>(1.190)</u>	<u>(1.481)</u>
	<u>(20.388)</u>	<u>(19.310)</u>	<u>(51.367)</u>	<u>(59.739)</u>
Resultado financeiro	<u>(18.456)</u>	<u>(16.540)</u>	<u>(44.835)</u>	<u>(50.850)</u>

**25. LUCRO POR AÇÃO**

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,26</u>	<u>0,23</u>	<u>0,73</u>	<u>0,65</u>

## Notas Explicativas

### b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<u>68.462</u>	<u>61.719</u>	<u>192.256</u>	<u>170.842</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>

## 26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.245 (R\$688 em 30 de setembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## 27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14, deduzidos de caixa e saldo de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

### Risco de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: formadas por CDB, Fundos de investimentos e Renda Fixa, remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 102,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (i)	298.169	336.956
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(122.323)</u>	<u>(62.075)</u>
Dívida líquida	<u>175.846</u>	<u>274.881</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>548.880</u>	<u>372.483</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,32</u>	<u>0,74</u>

- (i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

## Notas Explicativas

- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2012 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	52.023	52.023
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	117.184	117.184
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	9.571	9.571
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	376	376
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	297.793	303.749
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	68.642	83.394

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debentures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme Preço Unitário - PU, atualizado em 30 de setembro de 2012.

### a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

## Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

#### Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$47.538 (R\$39.601 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses Em diante</u>
Arrendamento mercantil financeiro	16,71% a.a.	323	-	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	16.337	2.388	12.202	37.715
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	114.646	109.336	57.501	-
Debêntures	104% do CDI	37.185	17.543	-	-

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	3.435	3.846	4.252
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	29.629	32.658	33.431

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	7,71 %	9,64 %	11,56 %
IGP-M (b)	6,42 %	8,09 %	8,19 %

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) e [www.fgv.br](http://www.fgv.br).



## Notas Explicativas

### 28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$126 (R\$111 em 30 de setembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	Julho de 2012 a maio de 2013	31.352
Seguro-garantia	Maio de 2012 a maio de 2013	224.872
Responsabilidade civil	Maio de 2012 a maio de 2013	814.935
“All Risks” - Danos Materiais	Maio de 2012 a maio de 2013	2.650.615
“All Risks” - Engenharia	Maio de 2012 a maio de 2013	74.041
“All Risks” – Perda de Receita	Maio de 2012 a maio de 2013	814.935
Equipamentos	Maio de 2012 a maio de 2013	1.681
Veículos	Junho de 2012 a junho de 2013	Tabela Fipe

### 30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

## Notas Explicativas

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro período de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita de construção	43.017	47.333
Custos de construção	<u>(43.017)</u>	<u>(47.333)</u>
	=	=

Em 30 de setembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$426.125 (R\$433.613 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a

## Notas Explicativas

substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º/07/2013.

### 31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

### 32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de novembro de 2012.

---

